



Relatório da Administração

Senhores(as) Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da Caixa Vida e Previdência S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 2.527 bilhões, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 23,47%, confirmando assim sua solidez e lucratividade dentro do mercado de previdência complementar brasileiro.

No exercício de 2025, a receita ganha de prêmios totalizou R\$ 4,34 bilhões, e no mesmo período do ano anterior, foram R\$ 2,73 bilhões. O aumento foi em decorrência da incorporação da XS2 Seguros e Previdência S.A. (XS2), ocorrida em agosto de 2024. Até esta data, os resultados da XS2 pertenciam à própria Cia.

As contribuições brutas totalizaram R\$ 26,10 bilhões em 2025 (em 2024 foram R\$ 26,37 bilhões), e as receitas com taxa de gestão e outras taxas totalizaram R\$ 1,93 bilhão em 2025 (em 2024 foram R\$ 1,78 bilhão) representando um aumento de 8,3%, principalmente pelo maior volume de reserva técnica de previdência.

O resultado financeiro apresentou um acréscimo frente ao mesmo período do ano anterior, decorrente também da incorporação da XS2 Vida e Previdência, alcançando o montante de R\$ 1,33 bilhão em 2025 sendo R\$ 662,7 milhões em dezembro de 2024.

As aplicações financeiras da Companhia, no exercício de 2025, alcançaram o patamar de R\$ 209,6 bilhões, o que representa um crescimento de 10,3% em relação ao valor de R\$ 183,2 bilhões atingidos no final do ano anterior.

A Caixa Vida e Previdência S.A. se mantém entre as maiores empresas de previdência complementar aberta no país e manteve seus produtos atrativos para investidores, com boa rentabilidade frente aos concorrentes. Como resultado, alcançou bons índices de permanência na carteira. Foi observado também maior preocupação dos clientes em buscar o produto como alternativa à previdência social, com foco na aposentadoria.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a título de dividendos a distribuição de pelo menos 75% dos resultados obtidos no final do exercício.

Sustentabilidade

Ao longo de 2025, a Caixa Vida e Previdência avançou de forma contínua na consolidação da sustentabilidade como eixo estruturante de sua estratégia corporativa, fortalecendo a integração entre aspectos ambientais, sociais e de governança. As iniciativas desenvolvidas no período reforçam o alinhamento ao planejamento estratégico, às melhores práticas de mercado e a evolução regulatória do setor segurador.

A estratégia *Sustentabilidade 2030* está organizada em quatro pilares: educação financeira e produtos inclusivos; ação proativa em sustentabilidade; transição para uma economia de baixo carbono; e

cultura saudável e inclusiva. Em 2025, esses pilares foram operacionalizados por meio de ações concretas, com maior integração à estratégia de negócios e às decisões corporativas.

No eixo ambiental, a Companhia manteve a gestão das emissões de gases de efeito estufa, com o fechamento da pegada de carbono segundo a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol, alcançando o Selo Ouro. Também avançou na avaliação de metodologias de mitigação, com o desenvolvimento de um projeto piloto de descarbonização atrelado à digitalização de comunicações.

No âmbito da atuação proativa em créditos de carbono, conduziu um estudo técnico preparatório relacionado à Lei nº 15.042, sobre o mercado de carbono no Brasil, e adquiriu créditos de carbono de um projeto de conservação florestal na Amazônia para compensação das emissões de 2023. Adicionalmente, avançou na destinação de parte da receita de produtos de vida e previdência da família «Futuro para iniciativas ambientais», com o início de parceria com a The Nature Conservancy (TNC) em um projeto de restauração florestal na Mata Atlântica, no estado de São Paulo.

A Companhia também atuou de forma proativa na COP30, ao lado de seus acionistas – Caixa Seguridade e CNP Assurances –, com a apresentação de dois estudos técnicos - científico: um sobre fundos de previdência aberta e financiamento climático, e outro sobre riscos climáticos aplicados aos seguros de vida, que trouxeram repercussões e reflexões importantes ao segmento e entidades do setor. No campo social, a Companhia ampliou sua atuação em inclusão e proteção socioeconômica por meio da execução de um portfólio estruturado de projetos incentivados, alinhados às leis de incentivo e com foco em esporte, saúde, infância, adolescência e pessoa idosa. Em 2025, foram selecionados 18 projetos para o ciclo 2025/2026, com impacto direto estimado em cerca de 700 mil pessoas e impacto indireto superior a 3 milhões de beneficiários em diferentes regiões do país, reforçando o DNA social da Companhia. A agenda social também contemplou o lançamento do programa de educação financeira «Triunfo Futuros», a diversidade de ações de voluntariado corporativo e iniciativas voltadas à promoção do bem-estar, da além da diversidade e de um ambiente de trabalho mais inclusivo.

Na dimensão de governança, a sustentabilidade seguiu sendo monitorada por instâncias formais, com reporte periódico à alta liderança. Em 2025, a Companhia avançou no diagnóstico voluntário dos padrões IFRS S1 e S2, com foco na preparação interna para futuras exigências de divulgação, e publicou seu segundo Relatório de Sustentabilidade, elaborado em conformidade com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e indicadores SASB. A agenda de acurramento foi ampliada, com treinamentos, eventos institucionais e capacitações técnicas envolvendo centenas de colaboradores. No âmbito de negócios, houve avanços relevantes na oferta de soluções acessíveis e responsáveis, com destaque para o portfólio de microseguros, que chegou à marca de aproximadamente 1 milhão de clientes, ampliando o acesso à seguridade para populações em situação de vulnerabilidade econômica e suas famílias. A Companhia também aprofundou o alinhamento técnico à Resolução CNSP nº 473/2024, compreendendo os cenários de adequação para a criação de produtos com atributos sustentáveis.

Adicionalmente, a Caixa Vida e Previdência iniciou um projeto piloto de avaliação de sustentabilidade e gestão estratégica da terceirização junto a fornecedores e parceiros considerados críticos, adotando uma visão integrada de todo o ciclo de contratação, alinhada a nossa estratégia de atuação proativa em temas ESG.

Nesse contexto, a Companhia reforçou sua atuação proativa em fóruns e comissões temáticas do mercado, aderiu a compromissos internacionais relevantes, com o Pacto Global da ONU e os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), e avançou na estruturação de uma proposta de resposta a desastres socioambientais, incluindo ações de apoio a comunidades impactadas. Esses avanços refletem o compromisso da Caixa Vida e Previdência em atuar de forma responsável e sustentável, colocando a proteção das pessoas no centro de sua estratégia. Guiada pelo propósito de proteger o presente e construir um futuro mais seguro e sustentável, a Caixa Vida e Previdência segue ampliando o acesso à seguridade, promovendo inclusão financeira, responsabilidade ambiental e gerando impacto positivo para clientes, colaboradores, parceiros e para a sociedade brasileira como um todo.

Tributação de IOF sobre Planos VGBL

No primeiro semestre de 2025, alterações na legislação tributária impactaram temporariamente os aportes em planos VGBL, instituído a cobrança de IOF à alíquota de 5% sobre aportes realizados. A Companhia acompanhou atentamente os desdobramentos dos Decretos nº 12.466 e nº 12.499, que instituíram a cobrança de IOF sobre aportes superiores a determinados limites mensais e anuais por seguradora.

Durante o período de vigência inicial, foram adotadas medidas prudenciais, com a suspensão de aportes acima dos limites iniciais, revertida no mês de outubro. Desde então, a Companhia tem direcionado seus esforços para mitigar os efeitos da nova legislação sobre o negócio como o lançamento do produto IOF Back e outras campanhas com foco tanto em atração de portabilidade e retenção dos participantes que já fazem parte da carteira.

A Caixa Vida e Previdência S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas, e em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso é garantir à família brasileira tranquilidade no presente e segurança no futuro.

A Companhia também agradece o apoio, o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, bem como o apoio e a dedicação de nossos parceiros em outras instâncias sociais.

Política de Equidade

Conforme previsto na Lei nº 15.177/2025, informa-se que os dados e análises referentes à equidade estão devidamente divulgados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais da controladora. São Paulo, 13 de fevereiro de 2026.

A Administração

Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		206.227.288	177.884.335	CIRCULANTE		203.384.796	177.659.979
Disponível		117.557	173.903	Contas a pagar		372.320	1.094.202
Caixa e bancos		117.557	173.903	Obrigações a pagar	12.1	121.404	742.022
Aplicações	5	204.710.880	176.287.005	Impostos e encargos sociais a recolher		90.597	73.738
Créditos das operações com seguros e resseguros		204.372	208.255	Encargos trabalhistas		9.312	8.378
Prêmios a receber	6.1	204.347	208.190	Impostos e contribuições	12.2	130.518	237.822
Operações com seguradoras		25	65	Outras contas a pagar	12.3	20.489	32.242
Créditos das operações com previdência complementar		153	143	Débitos de operações com seguros e resseguros		155.239	193.167
Valores a receber		153	143	Prêmios a restituir		–	7.907
Outros créditos operacionais		180	744	Operações com seguradoras	3	3	4
Títulos e créditos a receber		365.526	351.124	Corretores de seguros e resseguros	13.1	61.341	88.114
Títulos e créditos a receber	7.1	298.405	289.535	Outros débitos operacionais	13.2	93.895	97.142
Créditos tributários e previdenciários	7.2	64.119	59.093	Débitos de operações com previdência complementar		20.652	19.787
Outros créditos		3.002	2.496	Contribuições a restituir		–	2.402
Despesas antecipadas		23.092	9.615	Outros débitos operacionais - Previdência	13.2	20.652	17.385
Custos de aquisições diferidos	8	805.528	853.546	Depósitos de terceiros	18	218.974	136.338
Seguros		801.033	848.690	Provisões técnicas - seguros	14	192.770.733	166.618.223
Previdência		4.495	4.856	Pessoas	14	3.222.750	3.278.767
ATIVO NÃO CIRCULANTE		12.853.236	15.450.941	Vida individual		14.678	15.027
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.126.954	9.472.666	Vida com cobertura de sobrevivência		188.833.302	163.324.429
Aplicações	5	4.924.518	6.982.964	Provisões técnicas - previdência complementar	14	10.552.253	9.596.985
Títulos e créditos a receber		406.201	537.057	Planos não bloqueados		690.334	713.708
Créditos tributários e previdenciários	7.2	210.732	356.552	PGBL/PRGP	9.861.919	8.883.277	–
Depósitos judiciais e fiscais	19	195.469	180.505	Débitos diversos	17	4.628	1.277
Outros valores e bens	9.1	8.837	11.430	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.918.767	5.323.282
Empréstimos e depósitos compulsórios		1.502	1.502	Provisões técnicas - seguros	14	4.686.020	5.085.369
Custos de aquisição diferidos	8	1.785.896	1.939.993	Pessoas		4.685.259	5.084.054
Seguros		1.783.730	1.938.206	Vida individual		761	1.304
Previdência		2.166	1.787	Vida com cobertura de sobrevivência		–	11
Imobilizado	10.1	25.036	27.355	Provisões técnicas - previdência complementar	14	11.383	12.084
Bens móveis		13.194	12.167	Planos não bloqueados		11.383	12.084
Outras imobilizações		11.842	15.188	Outros débitos		211.329	212.737
Intangível	11	5.701.246	5.950.920	Débitos judiciais	19	211.329	212.737
Outros intangíveis		5.701.246	5.950.920	Débitos diversos	17	10.035	13.092
TOTAL DO ATIVO		219.080.524	193.335.276	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	10.766.961	10.352.015
				Capital social	21.1	9.063.650	9.063.650
				Reservas de lucros	21.2	1.849.283	1.644.225
				Ajustes com títulos e valores mobiliários		(145.972)	(355.860)
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		219.080.524	193.335.276

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.263.650	1.340.147	36.561	–	2.640.358
Dividendos complementares - AGE de 28.03.2024	–	(377.172)	–	–	(377.172)
Dividendos intercalares - AGE de 12.06.2024	–	–	–	(366.697)	(366.697)
Dividendos intercalares - AGE de 24.07.2024	–	–	–	(205.700)	(205.700)
Dividendos intercalares - AGE de 03.12.2024	–	–	–	(568.781)	(568.781)
Incorporação XS2 - AGE de 30.08.2024	7.800.000	49.996	(18.800)	163.553	7.994.749
Títulos e valores mobiliários	–	–	(373.621)	–	(373.621)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.681.804	1.681.804
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	109.783	–	(109.783)	–
Dividendos	–	–	–	(72.925)	(72.925)
Reserva de retenção de lucros	–	521.471	–	(521.471)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.063.650	1.644.225	(355.860)	–	10.352.015
Dividendos complementares - AGE de 31.03.2025	–	(521.471)	–	(521.471)	(521.471)
Dividendos intercalares - AGE de 30.06.2025	–	–	–	(566.082)	(566.082)
Dividendos intercalares - AGE de 18.09.2025	–	–	–	(566.601)	(566.601)
Dividendos intercalares - AGE de 27.11.2025	–	–	–	(630.077)	(630.077)
Títulos e valores mobiliários	–	–	209.888	–	209.888
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.527.057	2.527.057
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	126.353	–	(126.353)	–
Dividendos	–	–	–	(37.768)	(37.768)
Reserva de retenção de lucros	–	600.176	–	(600.176)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.063.650	1.849.283	(145.972)	–	10.766.961

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional

A Caixa Vida e Previdência S.A., ("Companhia"), com prazo de duração indeterminado, está sediada na cidade de São Paulo, na Avenida Dr. Churci Zaidan, nº 246, Edifício Riverview Corporate, 12º andar, Vila Cordeiro, São Paulo, SP, CEP 04583-110. A Companhia é controlada diretamente pela Holding XS1 S.A. e indiretamente pelo grupo segurador francês CNP Assurances. O Grupo Holding XS1 S.A. ("Grupo XS1") foi formado pela associação entre o grupo CNP Assurances com participação de 51% das ações ordinárias e de 40% no total geral das ações e a Caixa Seguridade Participações S.A. que detém 49% das ações ordinárias e 60% no total geral das ações.

A Companhia tem por objeto a operação em seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta, podendo aceitar riscos em retrocessão e deter participação em outras sociedades, conforme legislação aplicável. A Companhia utiliza-se da rede de agências e postos de serviço da Caixa Econômica Federal - CAIXA, para comercialização de seus produtos, tendo iniciado suas operações em setembro de 2000.

Atualmente a Companhia comercializa seus produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"), conforme acordo de distribuição. Em relação aos seus produtos de vida e prestamista, a Companhia possui algumas carteiras em run-off decorrentes da cisão com a Caixa Seguradora, porém, com o movimento societário da XS2 Vida e Previdência S.A. (XS2), ocorrido em agosto de 2024, a Companhia incorporou as carteiras vigentes até o momento da XS2 e continua a comercializar os produtos de vida e prestamista, conforme o acordo de distribuição ("Acordo") firmado em 17 de dezembro de 2020 com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, sua controladora direta, CNP Assurances e Caixa Seguridade Participações S.A.

1.1 Incorporação XS2 Vida e Previdência S.A.

Os quadros de resultados e movimentações podem apresentar variações significativas na comparabilidade dos saldos nas notas explicativas. Tal fato decorre da incorporação da empresa XS2 Vida e Previdência S.A., concluída em agosto de 2024, já divulgada na demonstração financeira anterior, referente a 31 de dezembro de 2024.

Dessa forma, a análise comparativa dessas informações deve considerar os efeitos da referida incorporação, uma vez que os saldos acumulados de resultado de 2024 não contemplam o período que antecede a incorporação.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme Circular SUSEP nº 648/21 e alterações subsequentes, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando de 2026.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023). Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam sobre a posição financeira das demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota de políticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Comitê Executivo em função realizada em 11 de janeiro de 2026.

2.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até o final do exercício de 2025 das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

2.2.1 IFRS 17/CP 50

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17/CP 50 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17/CP 50 substituirá a IFRS 4/CP 11 - Contratos de Seguro. A norma aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro, contratos de resseguro detidos e garantias e instrumentos financeiros com características de participação dissociatória.

O objetivo geral da IFRS 17/CP 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Estas informações constituem a base para os utilizadores das demonstrações financeiras avaliar o efeito dos contratos de seguro sobre a posição financeira da entidade, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. Em resumo, a norma visa melhorar a transparência e a comparabilidade das demonstrações financeiras das seguradoras, para os usuários da informação.

O IFRS 17/CP 50 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, entretanto, até o momento a norma não foi referendada pelo órgão regulador, SUSEP.

2.2.2 IFRS 18/CP 51

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, norma contábil que virá a substituir o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Dentre seus principais pontos, estão a reorganização da apresentação das rubricas da DRE, alterações na elaboração da DFC e exigência de divulgação de índices financeiros utilizados pelas companhias.

O normativo correspondente no Brasil (CPC 51) está aprovado no CFC, com adoção obrigatória para 2027, e a SUSEP não se manifestou com relação a sua adoção para o mercado segurador local.

2.2.3 Reforma tributária do consumo (Lei Complementar nº 214/2025 e Lei Complementar nº 227/2026)

A Companhia acompanha a implementação da Reforma Tributária do Consumo, consolidada pela Lei Complementar nº 214/2025 (regulamentadora da Emenda Constitucional nº 132) e pela recente Lei Complementar nº 227/2026, que instituiu o Comitê Gestor do IBS.

A Lei nº 214/2025 institui três novos tributos: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios; a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União; e o Imposto Seletivo (IS), voltado a desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Essas alterações representam uma mudança estrutural no sistema tributário nacional.

A substituição definitiva dos tributos atuais iniciará em 2027, com a extinção do PIS/COFINS pela CBS, e ocorrerá de forma gradual entre 2029 e 2033 para o ICMS e o ISS, que serão substituídos pelo IBS.

A Administração monitora os desdobramentos dessas legislações e as futuras regulamentações complementares. Considerando que o sistema de IVA Dual ainda depende da fixação de alíquotas de referência pelo Senado Federal e de detalhamentos sobre a sistemática de créditos e regimes especiais, a Administração entende que os efeitos financeiros e operacionais futuros ainda não podem ser mensurados com a precisão requerida para ajustes contábeis nestas demonstrações financeiras.

Diante do cronograma estabelecido e da complexidade das novas obrigações, a Companhia mantém um grupo de trabalho multidisciplinar e iniciará formalmente, no exercício de 2026, seu projeto de implementação, visando adequações sistêmicas e operacionais para garantir a continuidade dos negócios e interrupções.

2.3 Normativos que entram em vigor no exercício

2.3.1 Regra GLOBE

Considerando as recentes mudanças na legislação tributária brasileira, em especial a Medida Provisória nº 1.262/2024 e a Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, que entram em vigor em 1º de janeiro de 2025, e que regulamentam o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em conformidade com as Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (GLOBE Rules), ou Pilar 2 da OCDE, a Companhia realizou uma análise preliminar sobre seu enquadramento e potenciais impactos.

As avaliações da Companhia indicam que, embora o Grupo CNP França se qualifique para a aplicação das Regras GLOBE, devido ao volume de suas receitas locais, a Caixa Vida e Previdência S.A. apresenta uma alíquota efetiva de imposto acima do percentual mínimo de 15% exigido pelas novas normas. Isso significa que, com base nas informações



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

* continuação

• Estágio 3: todas as operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida do operação).
 A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - Expected Credit Losses) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro. A perda esperada (ECL) de qualquer transação é definida como: ECL = EAD * PD * LGD.
 EAD (Exposure At Time of Default) - é a Exposição Financeira no momento do default.
 PD (Probability of Default) - Mensura a perda esperada de acordo com os riscos do ativo em determinado período. Existem, essencialmente, duas abordagens possíveis para a calibração da PD:
 LGD (Loss Given Default) - A LGD de uma transação pode ser quantificada como "1 menos a taxa de recuperação", ou seja, a LGD quantifica a parcela da porção de uma perda da Companhia. A estimativa de tais perdas não é direta porque a taxa de recuperação dependem de muitos fatores, como a qualidade das garantias (ações, títulos, hipoteca etc.) ou da senioridade da dívida em relação a outros credores.
 A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros do Grupo, exceto para os títulos públicos brasileiros onde a Administração entende que não há risco de perda, pois trata-se de risco soberano. Todos os ativos mensurados a VJORA ou a custo amortizado da carteira são títulos públicos, não houve perda esperada futura reconhecida nas demonstrações financeiras.
2.6.5 Instrumentos financeiros derivativos
 A utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros ou à síntese de posições do mercado à vista, sempre observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente.
 O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e pelos gestores dos fundos de investimentos, de acordo com os objetivos de rentabilidade, dos regulamentos, e da legislação aplicável.
 O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos. Segundo a regulamentação vigente toda operação neste instrumento financeiro deve ter garantia de contraparte central.
2.7 Crédito das operações de seguros e previdência
 Esses ativos financeiros são representados pelos prêmios a receber de seguros, valores a receber de previdência e sinistros a recuperar de cosseguros cedidos e com resseguradoras. São contabilizados pelo custo amortizado e possuem perda por valor recuperável registradas por meio da metodologia denominada "matriz de provisão", que será melhor descrita abaixo.

2.8 Impairment
2.8.1 Operações de seguros e resseguros
 A Circular nº 678/22 regulamentou a redução ao valor recuperável em relação a Prêmios a Receber. A redução ao valor recuperável deverá ser constituída:
 • preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou
 • a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada.
 A Companhia desenvolveu um estudo a partir da experiência de perda histórica das carteiras, optando pela segregação dos prêmios em aberto por ramo SUSEP e modalidade de pagamentos: Pagamento Único, Pagamento Mensal e Pagamento Anual. Ao observar que a possibilidade de recuperação do prêmio após 60 dias de atraso é praticamente nula, estabeleceu esta faixa como o "limite de default". Para as demais faixas, a Companhia calcula a probabilidade de perda de acordo com esse limite e o quanto os saldos de prêmio em aberto representam deste "limite de default".
 Como o saldo dos ativos de resseguro é zero, não houve impacto na constituição de impairment para estas rubricas.
2.8.2 Impairment de ativos não financeiros
 Os ativos não financeiros da Companhia, compostos substancialmente por ativos intangíveis com vida útil definida e sujeitos à amortização, são avaliados ao final de cada período de balanço quanto à existência de indícios de impairment. Caso tais indícios sejam identificados, a Companhia deverá estimar o valor recuperável do ativo, definido como o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Quando o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda por impairment.
 No presente exercício, apesar do impacto potencial do decreto relacionado ao IOF sobre o faturamento da Companhia, e a paralisação das vendas do seguro prestamista relacionados ao crédito consignado do INSS, a administração concluiu que não há evidências suficientes que indiquem a necessidade de reconhecimento de perda por impairment sobre o ativo intangível relacionado ao direito de uso do balcão. Essa conclusão baseia-se nos seguintes fatores:
 1. O valor registrado no ativo intangível corresponde ao custo histórico, equivalente a 40% do valor justo do ativo, conforme estabelecido no acordo de distribuição ("Acordo") firmado em dezembro de 2020.
 2. O faturamento dos produtos VGBL não afeta diretamente o resultado da Companhia, uma vez que as contribuições são registradas na PMBaC, e a taxa de gestão representa apenas uma fração do patrimônio investido.
 3. A Companhia está adotando medidas estratégicas com o objetivo de mitigar os efeitos do referido decreto sobre suas operações como o lançamento do produto IOF Back, entre outros, com foco em portabilidade e retenção dos participantes da carteira, e novas estratégias comerciais para mitigação dos efeitos na margem operacional.
 Diante disso, a Companhia concluiu que não há necessidade de realizar teste de recuperabilidade para o referido ativo no período.

2.9 Operações de arrendamento
 As operações de arrendamento são reconhecidas de acordo com a IFRS 16 (CPC 06 (R2)), que requer que a Companhia reconheça os ativos e passivos de arrendamento em seu balanço patrimonial.
 Os contratos de arrendamento são reconhecidos para contratos com prazo superior a 12 meses. No início do contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.
 Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis) são mensurados inicialmente pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. A depreciação dos ativos de direito de uso é feita pelo método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos.
 O passivo de arrendamento inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados pela taxa incremental de financiamento da Companhia. Tal taxa é obtida através de cotação de empréstimos com garantia em imóveis junto a instituições bancárias. Os financiamentos utilizados como referência possuem prazos e saldos similares aos do arrendamento.
2.9.1 Arrendamentos de ativo de baixo valor
 A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.
2.10 Imobilizado e intangível
 O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, construção ou produção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
 A depreciação começa quando o ativo está disponível para uso e é calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo, que varia conforme a natureza do mesmo, conforme abaixo:
 • Máquinas e Equipamentos: 10 anos
 • Móveis e Utensílios: 10 anos
 • Veículos: 5 anos
 • Benefícios em imóveis de terceiros: De acordo com contrato
 Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O intangível refere-se principalmente à aquisição do direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização pelo grupo XS1 dos ramos de seguros de vida, prestamista e previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal.
 O custo de aquisição inclui todos os gastos diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial. Enquanto os softwares são amortizados em 5 anos, o direito de uso do balcão da Caixa Econômica Federal tem prazo contratual de 25 anos.

2.11 Provisões técnicas
 As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.
 A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC visa assegurar os compromissos assumidos pela Companhia com seus participantes enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. É constituída pelas contribuições e aportes realizados pelo participante nos planos ou produtos estruturados no regime financeiro de capitalização, acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos ativos geradores, nos termos da legislação vigente.
 A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBC, representa o valor atual dos benefícios pagos em forma de renda cujo evento gerador já tenha ocorrido, o cálculo da provisão é definido por produto.
 A Provisão de Excedente Financeiro - PEF é constituída para os planos com previsão de distribuição de excedente financeiro e consiste na diferença positiva entre a rentabilidade das aplicações financeiras do ativo garantidor da reserva matemática em relação aos saldos de PMBaC ou PMBC, a depender da fase prevista para distribuição da PEF. As regras de aplicação estão descritas na nota técnica aprovada para cada plano.
 A Provisão de Reservas e Outros Valores a Regularizar - PVR é constituída pelos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativo à cobertura por sobrevivência.
 A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco a decorrer, para produtos com regime financeiro de Reparação Simples ou Reparação de Capitais de Cobertura, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos vigentes de contratos emitidos até a data do fechamento contábil de referência do balanço. Adicionalmente, inclui-se a parcela referente aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (RVNE) da PPNG, calculada por meio da metodologia Chain-Ladder, a partir dos prêmios comerciais.
 A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída para a cobertura dos valores estimados para arcar com os pagamentos futuros de indenizações dos sinistros avisados e pendentes de pagamento até a data do balanço, assim como rendas vencidas e rendas a vencer de ações judiciais cujos saldos ultrapassem os montantes já concedidos. A PSL abrange sinistros administrativos e judiciais, e é acrescida de atualização monetária nos termos da legislação e juros, no caso de sinistros judiciais. A PSL Judicial é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por risco de perda, que leva em consideração o histórico de perdas passadas.
 A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, conforme método de Chain Ladder com observações de 36 meses para os produtos de vida e previdência e 40 meses para os produtos do prestamista.
 A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros ocorridos e não avisados a regularizar - PVR é constituída pelos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativo à cobertura por sobrevivência.
 A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos de Capitalização ou Reparação de Capitais por Cobertura - PDC é constituída para pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de capitalização e benefícios relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de reparação de capitais de cobertura após a ocorrência do sinistro. A estimativa da provisão é obtida através da projeção de despesas individuais relacionadas à regulação e concessão de sinistros e benefícios.
 A Provisão Complementar de Cobertura - PCC é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos - TAP.
 A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávits técnicos, abrangendo participação nos resultados, bônus por sinistralidade e ajustes de comissões vinculados ao desempenho técnico.

2.11.1 Tábuas
 No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas, taxas de carregamento e taxa de juros dos principais produtos vigentes em 31 de dezembro de 2025:

Produto	Taxas de Taxas de	
	Tábuas carregamento	juros
PGBL/VGBL (Sobrevida)	AT-83/AT-2000/BR-EMS	0% a 5% 0% a 6%
Previdência (Risco)	CSO-58	8% a 30% 4% a 6%
Vida Individual (Risco)	CSO-58	30% 4%
Eventos Aleatórios	-	30% 0%
Vida em Grupo PF/PJ (Multipremiado, Vida da Gente, Empresarial Global VG)	CSO-80	24% 0%
Vida (Seguro Proteção Executiva, Microseguro - Seguro Apoio Vida + Futuro, Vida Mulher)	AT-2000	24% 0%
Vida Conforto	AT-2000	2% 0%
Seguro Viagem Protegida	-	21% 0%
AP Bilateral	-	18% 0%
APC Proteção Perda de Renda	-	18% 0%
Amparo Microseguro	-	33% 0%
Prestamista PF/PJ	AT 2000 Male	72% 0%
Prestamista Microseguro PF/PJ	AT-83 Male	2% 0%

2.12 Segregação entre circulante e não circulante
 A classificação dos ativos no circulante se dá quando qualquer um desses critérios são satisfeitos:
 (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade;
 (b) está mantido essencialmente para o propósito de ser negociado;
 (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
 (d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.
 Desta forma, os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são classificados no ativo circulante, independente do vencimento dos prêmios, uma vez que são mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados.
 Os passivos, por sua vez, são classificados no circulante quando satisfizerem qualquer dos seguintes critérios:
 (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
 (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
 (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço;
 (d) a entidade não tem o direito na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a referida data.
2.13 Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguros
2.13.1 Custos de aquisição diferidos
 Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que são diretamente relacionados a comercialização dos contratos, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Estes valores são amortizados segundo o período do contrato para as coberturas de riscos e de acordo com o prazo médio de permanência das contribuições para as coberturas de sobrevida.
 O prazo médio de permanência em 31 de dezembro de 2025 para carteira de vida era de 33 meses e para prestamista era de 91 meses (33 e 87 meses, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). O prazo de permanência dos contratos para as coberturas de sobrevida em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 era de 69 meses.
 A Companhia demonstra na comissão de corretagem a remuneração a ser paga à corretora de seguros responsável pela intermediação e o assessoramento na venda e pós-venda dos Produtos Exclusivos.
 Os valores a serem pagos à Caixa Econômica Federal ("CAIXA") para a distribuição, venda, oferta e pós-venda dos Produtos Exclusivos são demonstrados como "Distribuição CAIXA", e os incentivos financeiros ou qualquer outra forma de incentivo a serem pagos à CAIXA destinadas ao pessoal responsável pelas vendas às agências e correspondentes bancários ou lotéricos são reconhecidos como "Premiações".
2.13.2 Teste de adequação dos passivos (TAP)
 Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Companhia efetuou um Teste de Adequação dos Passivos para todos os contratos que se enquadram na definição de contrato de seguro conforme este CPC e que estejam vigentes na data em que o teste foi conduzido.
 Para esse teste, a Companhia elaborou metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros de obrigações assumidas. Para a determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos/produtos estabelecidos na Circular SUSEP nº 642/21 e alterações. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP.
 Não calculou atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. As principais estão descritas a seguir:
 • Estrutura a termo da taxa de juros ("ETTJ"), para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices IGPM, IPCA, TR e Pré-fixado, conforme divulgado pela SUSEP e ANBIMA;
 • Sinistralidade: para estimativa de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021. Para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos cujos fluxos não utilizam tábuas biométricas, foram apuradas sinistralidades para cada produto com base no histórico observado dos últimos 5 anos, conforme tabela abaixo:

Grupo TAP	TAP	Sinistralidade	Grupo TAP	TAP	Sinistralidade
PREST	F_7711	Tábua	PESCI	F_MTPS	22,09%
PREST	F_7712	33,21%	PESCI	F_MUL3	9,34%
PREST	F_7713	10,70%	PESCI	F_MULA	6,14%
PREST	F_7725	10,70%	PESCI	F_MULH	13,59%
PREST	F_7730	24,11%	PESCI	F_SAFI	14,40%
PREST	F_7732	7,69%	PESCI	F_SENI	23,68%
PREST	F_7738	0,00%	PESCI	F_TRAD	194,51%
PREST	F_9801	11,04%	PESCI	F_VDG3	13,18%
PREST	F_PCOA	Tábua	PESCI	F_VDGA	9,24%
PREST	F_PMCO	18,12%	PESCI	F_VDGM	16,76%
PREST	F_PRES	13,59%	PESCI	F_AB3	12,60%
PREST	F_PRMI	10,34%	PESCI	F_ABPE	12,60%
PREST	F_PTEL	18,12%	PESCI	F_ABPM	12,60%
PREST	F_CONM	Tábua	PESCI	F_AGP2	2,98%
PREST	F_CONA	Tábua	PESCI	F_AGP3	6,02%
PESCI	F_APB3	12,60%	PESCI	F_AGPM	2,78%
PESCI	F_ABPE	13,46%	PESCI	F_AGBM	13,73%
PESCI	F_APB1	21,67%	PESCI	F_APPR	21,67%
PESCI	F_APCN	7,03%	PESCI	F_ASP3	1,80%
PESCI	F_APCV	13,30%	PESCI	F_ASPE	3,52%
PESCI	F_ACMI	47,32%	PESCI	F_ASPM	7,01%
PESCI	F_EMPR	14,40%	PESCI	F_MSAV	15,36%
PESCI	F_EMVG	5,18%	PREST	F_PCOAT	Tábua
PESCI	F_EXCL	37,29%	PESCI	F_SPE3	12,60%
PESCI	F_EXEC	100,97%	PESCI	F_SPEA	12,60%
PESCI	F_MP5A	9,83%	PESCI	F_SPEM	12,60%
PESCI	F_MTP3	11,40%			

• Carregamento/Cancelamento/Resgate/Inadimplência: foram utilizadas as bases históricas observadas de cada item, como taxa de carregamento, cancelamento de plano, resgate total ou parcial, aportes e inadimplência de pagamentos por produto que compõe os grupos do estudo;
 • Recicla com taxa de Gestão: a estimativa da taxa de gestão foi obtida considerando a média da relação histórica anual das taxas de administração por fundo e data de entrada sobre o saldo da provisão matemática de benefícios a conceder;
 • Despesas administrativas: obtida considerando a média da relação histórica anual da despesa sobre o prêmio emitido;
 • Despesas operacionais: obtida considerando a média da relação histórica anual das despesas operacionais sobre o prêmio emitido;
 • Despesas com tributos: a estimativa das despesas com tributos foi obtida através da aplicação dos tributos vigentes de acordo com os percentuais e regras de cálculo;
 • Despesas de comercialização: foi obtida considerando o cenário de run-off. Para os produtos que consideram remuneração ao longo da emissão de prêmios periódicos serão aplicados os percentuais estabelecidos por produto nos fluxos de prêmios projetados, e
 • Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro. Atualmente a Companhia não possui saldo de ativo de resseguro. Hipóteses e pressupostos utilizados na elaboração do TAP:
 • Taxa de Juros: Para as projeções foram considerados os fluxos de juros pactuados nos contratos.
 • Lei de Pagamento de Sinistros: Como o modelo de projeção utilizado gera em seus fluxos apenas os valores de sinistro em seu tempo de ocorrência, não considerando os processos de regulação de sinistros, foi aplicada uma conversão desses fluxos. Para essa conversão foi criada uma Lei de Pagamentos com base na experiência da Companhia, traduzida num triângulo de run-off de ocorrência x pagamento com base na experiência de cada grupo analisado.
 • Lei de Resgate Total/Parcial e Penalidades: As leis de resgates foram definidas através de um estudo realizado internamente, por tipo de produto. As penalidades dos resgates, que estão estabelecidas nas condições gerais, são definidas por produto/apólice e estão inseridas no modelo.
 • Lei de Conversão em Renda: A lei de conversão em renda é definida através de metodologia descrita em NTA própria, estimando a proporção de apólices dos produtos de sobrevivência que se converterem em benefício ao final da vigência.
 Como conclusão dos testes realizados à data-base de 31 de dezembro de 2025, observamos insuficiência em alguns grupos. A referida insuficiência foi compensada considerando o agrupamento de ramos determinado pelos artigos 43 e 44 da Circular SUSEP nº 642/21 e alterações subsequentes, de tal maneira que, após a compensação obrigatória, não houve necessidade de constituição de PCC, conforme as tabelas abaixo (em R\$ milhares).

PMBaC - CV + PEF-PMBaC-CV			
Produto	Constituição após deduções	VP Fluxo de Caixa	PCC
PGBL	9.389.028	9.364.040	24.988
VGBL	188.421.979	(187.901.297)	520.662
Tradicional	330.343	(320.673)	108.485
Total	198.141.350	(197.487.010)	-

PMBaC-BD + PEF-PMBaC-BD			
Produto	Constituição após deduções	VP Fluxo de Caixa	PCC
Vida	80	343	-

PMBC + PEF-PMBC			
Produto	Constituição após deduções	VP Fluxo de Caixa	PCC
PGBL	275.994	(179.421)	96.572
VGBL	130.642	(80.369)	50.272
Tradicional	336.916	(337.607)	(691)
PRI	181.707	(128.788)	52.920
VRI	11.555	(8.830)	2.725
Vida	308	(272)	36
Total	937.122	(735.287)	-

PPNG			
Produto	Constituição após deduções	VP Fluxo de Caixa	PCC
Gravidez Premiada	97	(45)	52
Tradicional	10.745	(3.933)	6.813
Vida (Individual)	5.564	(2.141)	3.423
Vida	1.057.405	(234.469)	822.936
Prestamista	3.606.547	(2.745.521)	861.026
Total	4.680.358	(2.740.353)	-

Prêmios e Contribuições Futuras			
Produto	PCC PMBaC	PCC PPNG	
PGBL	3.119	-	-
Tradicional	28.374	310.565	-
VGBL	4.526	-	-
Vida (Individual)	-	283.978	-
Vida	-	1.264.273	-
Prestamista	-	44.682	-
Total	-	-	-

2.14 Outras provisões, ativos e passivos contingentes
 Os ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando houver decisões judiciais favoráveis e quando for praticamente certo a entrada de benefícios econômicos à Companhia. Se a entrada de benefícios econômicos for provável apenas, o ativo contingente é divulgado em nota explicativa.
 A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. Os passivos contingentes classificados com o risco possível de perda não são contabilizados, porém apenas divulgados em notas explicativas, exceto as causas cíveis relacionadas a sinistros e benefícios. Estas são provisionadas considerando percentual de perda desenvolvido através de estudo estatístico utilizando a base histórica de processos da Companhia. Este percentual é atualizado a cada data de balanço. Os percentuais utilizados nesta data-base foram: Provável 90%; Possível 60% e Remoto 30%.
 A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a SELIC.
 As provisões de ações cíveis (inclusive sinistro) são atualizadas mensalmente por índice de inflação (INPC) e juros de mora no importe de 1% (um por cento) ao mês. Contudo, considerando a publicação da Lei nº 14.905/2024, que atualizou o Código Civil para definir que, na hipótese de não haver convenção ou previsão em lei específica, o parâmetro de atualização monetária deverá ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); a taxa legal a ser aplicada aos juros de mora, deverá ser à taxa SELIC, deduzido o índice IPCA, a Companhia vem acompanhando por meio de seus assessores jurídicos, a aplicação da nova norma às decisões judiciais, especialmente aquelas proferidas em ações recebidas antes da publicação da referida lei, com o objetivo de assegurar maior acurácia na atualização dos valores de provisão, podendo inclusive, vir a revisar estes parâmetros, quando necessário. Até o momento, os impactos apurados pela nova lei não são materiais. As provisões trabalhistas são atualizadas mensalmente pelo índice TR, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
2.15 Provisão para imposto de renda e contribuição social
 A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil anuais.
 A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.
 As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
 As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.
 Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação as diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for suficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

3. Estimativas e julgamentos contábeis
 A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.
 As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos no ambiente regulatório e as diretrizes da Política de Resseguro, adotando uma abordagem prudente e conservadora para gestão de risco de 2.14 - Outras provisões, ativos e passivos contingentes.
4. Gestão de riscos
 O processo de gestão de riscos da Companhia tem como finalidade proporcionar insumos que possam auxiliar o alcance dos objetivos estratégicos definidos pelos acionistas. O risco tem como definição, a possibilidade da variação do resultado em relação aos objetivos definidos. Para a gestão dos riscos, os principais atores são o Conselho de Administração, o Comitê de Riscos, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva.
 Dentro desse contexto, o programa de gestão de riscos da Companhia está estruturado sob o conceito do Modelo das Três Linhas, segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*):
 • 1ª Linha - as Unidades de negócio são as primeiras a gerenciar os riscos, por terem o primeiro contato na operação, a escolha por aceitar ou evitar o risco passa pelos controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade com as políticas vigentes, legislações aplicáveis e o apetite a risco em vigor;
 • 2ª Linha - apoia a 1ª linha de defesa para que os controles sejam apropriadamente desenvolvidos e postos em prática e que opere conforme planejado. Os papéis adotados pela 2ª linha incluem monitoramento, orientação, testes, análises e reportes sobre a gestão de riscos. Fornecem análises e reporta sobre a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos e do controle interno sempre de forma independente e complementar; e
 • 3ª Linha - os auditores internos fornecem aos órgãos de governança e à alta administração avaliações abrangentes, considerando a atuação da 1ª e da 2ª linha, baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização.
 A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo IIAO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e procedimentos definidos em Solvência Com o objetivo de evitar com que os planos traçados pela administração da Companhia não sejam alcançados, a primeira etapa do processo de gestão de risco é a identificação de possíveis fragilidades nos processos e operações. A identificação é realizada com a participação de todas as pessoas envolvidas nos processos da empresa, independentemente do nível.
 Outra etapa importante do processo, após a identificação dos riscos, é a análise qualitativa e quantitativa, visando à definição dos atributos de impacto e vulnerabilidade, utilizados na priorização dos riscos a serem tratados. Essa etapa inclui o levantamento e a análise dos controles já existentes, apurando-se, assim, os riscos residuais.
 Identificar e classificar os riscos são os principais aspectos para dar início a criação dos planos de ação que serão adotados, sempre alinhados ao apetite a riscos vigente.
 O passo seguinte será o tratamento dos riscos, posteriormente à etapa de avaliação, é a definição e o tratamento que será dado aos riscos e como devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Dentre as estratégias adotadas, destacam-se as possibilidades de evitar, mitigar, transferir e/ou compartilhar o risco.
 A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: risco de subscrição, risco de crédito, risco de liquidez e ALM, risco de mercado, risco operacional, risco de sustentabilidade e risco legal.
 As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação deles.

4.1 Risco de Subscrição
 O risco de subscrição é caracterizado pela possibilidade de perdas que divergem das expectativas da Companhia, estando diretamente ou indiretamente relacionadas às bases técnicas empregadas no cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. Além disso, inclui o risco de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou do uso de premissas inadequadas no processo de tomada de decisão.
 A Companhia opera em



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

← continuação

	31/12/2025							Total	
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	Soberano	Sem Rating
Caixa e Bancos	117.557	-	-	-	-	-	-	-	117.557
Ativos mensurado ao VJR	5.223.760	97.784	165.017	14.339.424	101.761	175.030.699	5.593.629	200.354.272	200.354.272
Fundos de Investimento Exclusivo	15.202	-	-	-	-	-	-	1.055.213	1.055.213
Debêntures	15.202	-	-	-	-	-	-	-	15.202
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	194	194
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	554.567	-	554.567	554.567
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	140.794	-	140.794	140.794
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	157.752	-	157.752	157.752
Créditos Bancários - CDB/CCB	-	-	-	-	-	-	2.498	2.498	2.498
Letras Financeiras	-	-	-	7.463	-	-	-	7.463	7.463
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	-	202.100	202.100	202.100
Outros valores	-	-	-	-	-	-	-	(1.268)	(1.268)
Fundos de Investimento vinculado PGBL e VGBL	5.208.558	97.784	165.017	14.331.961	101.761	173.974.474	4.546.182	198.227.935	198.227.935
Ações	926	97.784	165.017	468.669	101.761	-	-	335.550	335.550
Debêntures	4.017.859	-	-	-	-	-	-	-	4.017.859
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	4.286.671	4.286.671
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	115.023.974	-	115.023.974	115.023.974
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	44.482.067	-	44.482.067	44.482.067
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	8.588.620	-	8.588.620	8.588.620
Notas Promissórias	-	-	-	15.945	-	-	-	15.945	15.945
Créditos Bancários - CDB/CCB	1.189.773	-	-	-	-	-	-	131.512	131.512
Letras Financeiras	-	-	-	-	13.847.347	-	-	13.847.347	13.847.347
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	-	5.879.813	5.879.813	5.879.813
Outros valores	-	-	-	-	-	-	-	(207.551)	(207.551)
Carteira Própria	-	-	-	-	-	-	-	1.012	1.046.023
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	1.046.051	1.046.051
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	1.012	1.012
Outros valores	-	-	-	-	-	-	-	(28)	(28)
Ativos mensurado ao VJORA	-	-	-	-	-	-	-	8.555.415	8.555.415
Carteira Própria	-	-	-	-	-	-	-	8.555.415	8.555.415
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	1.115.523	-	1.115.523	1.115.523
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	4.065.251	-	4.065.251	4.065.251
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	3.374.641	-	3.374.641	3.374.641
Ativos mensurado ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	725.711	725.711
Fundos de Investimento Exclusivo	-	-	-	-	-	-	-	485.136	485.136
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	485.136	-	485.136	485.136
Fundos de Investimento vinculado PGBL e VGBL	-	-	-	-	-	-	-	198.557	198.557
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	198.557	-	198.557	198.557
Carteira Própria	-	-	-	-	-	-	-	42.018	42.018
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	42.018	-	42.018	42.018
Prêmios e valores a receber	-	-	-	-	-	-	-	204.500	204.500
Operações com seguradoras	-	-	-	-	-	-	-	25	25
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-	-	301.407	301.407
Total	5.341.317	97.784	165.017	14.339.424	101.761	184.311.825	6.099.561	210.258.887	210.258.887

(i) As operações compromissadas possuem lastro em títulos públicos.
(ii) Outros valores incluem tesouraria, contas a pagar e a receber.

	31/12/2024							Total		
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	C	Soberano	Sem Rating
Caixa e Bancos	173.903	-	-	-	-	-	-	-	-	173.903
Ativos mensurado ao VJR	15.197.938	162.499	134.112	102.964	206.756	2.016	632	4.623	154.622.606	2.993.294
Fundos de Investimento Exclusivo	29.397	-	-	2.176	-	-	-	-	1.325.888	469
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	904
Debêntures	15.937	-	-	-	-	-	-	-	-	15.937
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	786.155	786.155	786.155
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	31.916	31.916	31.916
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	170.263	170.263	170.263
Créditos Bancários - CDB/CCB	3.001	-	-	2.176	-	-	-	-	5.177	5.177
Letras Financeiras	10.459	-	-	-	-	-	-	-	10.459	10.459
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	337.554	337.554	337.554
Outros valores	-	-	-	-	-	-	-	(629)	(629)	(629)
Fundos de Investimento vinculado PGBL e VGBL	15.168.541	162.499	134.112	100.788	206.756	2.016	632	4.623	153.296.718	2.575.462
Ações	490.174	162.499	134.112	8.785	48.166	2.016	632	4.623	184.324	1.035.331
Debêntures	2.587.285	-	-	-	-	-	-	-	2.587.285	2.587.285
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.441.187
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	99.448.009	99.448.009	99.448.009
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	29.023.151	29.023.151	29.023.151
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	16.536.709	16.536.709	16.536.709
Créditos Bancários - CDB/CCB	460.977	-	-	92.003	-	-	-	-	552.980	552.980
Letras Financeiras	11.630.105	-	-	-	158.590	-	-	-	11.788.695	11.788.695
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	8.288.849	8.288.849	8.288.849
Outros valores	-	-	-	-	-	-	-	(50.049)	(50.049)	(50.049)
Carteira Própria	-	-	-	-	-	-	-	417.363	417.363	417.363
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	417.363	417.363	417.363
Ativos mensurado ao VJORA	-	-	-	-	-	-	-	9.208.562	9.208.562	9.208.562
Carteira Própria	-	-	-	-	-	-	-	9.208.562	9.208.562	9.208.562
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	1.746.556	-	-	1.746.556	1.746.556
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	4.012.969	-	-	4.012.969	4.012.969
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	3.449.037	-	-	3.449.037	3.449.037
Ativos mensurado ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	633.687	633.687	633.687
Fundos de Investimento Exclusivo	-	-	-	-	-	-	-	496.642	496.642	496.642
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	496.642	496.642	496.642
Fundos de Investimento vinculado PGBL e VGBL	-	-	-	-	-	-	-	97.091	97.091	97.091
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	97.091	97.091	97.091
Carteira Própria	-	-	-	-	-	-	-	39.954	39.954	39.954
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	39.954	39.954	39.954
Prêmios e valores a receber	-	-	-	-	-	-	-	208.333	208.333	208.333
Operações com seguradoras	-	-	-	-	-	-	-	65	65	65
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-	-	292.031	292.031	292.031
Total	15.371.841	162.499	134.112	102.964	206.756	2.016	632	4.623	164.464.855	3.493.723

(i) As operações compromissadas possuem lastro em títulos públicos.
(ii) Outros valores incluem tesouraria, contas a pagar e a receber.

A exposição máxima em instrumentos financeiros derivativos é descrita na Nota 5.4.

4.3 Risco de liquidez e ALM

O risco de liquidez caracteriza-se pela possibilidade de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. As Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) e de Investimentos, juntamente com a Declaração de Appetite ao Risco têm por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise. O gerenciamento do risco é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, os quais foram definidos com base em um estudo que analisou cenários de estresses em premissas de saídas e despesas, além da redução de entradas. Esse processo inclui a avaliação contínua das posições assumidas nos instrumentos financeiros utilizados. Os limites são acompanhados mensalmente pela área de riscos e semestralmente é realizada o Comitê de Investimentos com o objetivo de acompanhar, dentre diversos aspectos, o enquadramento dos limites já estabelecidos para a liquidez da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais do fluxo de ativos e passivos na data da demonstração financeira. Vale destacar que, embora a expectativa de realização dos ativos e passivos esteja concentrada no longo prazo, a maior parte das provisões técnicas, e, por consequência, seus ativos garantidores, podem ser liquidadas a qualquer momento. Desta forma, a Companhia classifica a maior parte dos ativos e passivos no circulante, conforme descrito na nota 2.12. *Segregação entre circulante e não circulante.*

	31/12/2025			
	Mais de 1 ano			Total
	Até 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fluxo de ativos (i)	49.187.879	146.061.665	17.600.766	212.850.310
Fluxo de passivos (ii)	11.028.717	26.616.326	170.241.811	207.886.854

	31/12/2024			
	Mais de 1 ano			Total
	Até 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fluxo de ativos (i)	25.170.253	140.591.741	20.975.566	186.737.560
Fluxo de passivos (ii)	7.117.181	16.500.398	159.021.724	182.639.303

(i) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações financeiras, créditos das operações com seguros e resseguros, ativos de resseguro, custos de aquisição diferidos e títulos e créditos a receber. Esses ativos foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria ativos mensurados ao VJORA, ativos mensurados ao VJR e ativos mensurados ao custo amortizado, e em eventual necessidade de liquidez podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa. (ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguro, débito das operações com previdência, passivos de arrendamento, débitos diversos e provisões técnicas. Os passivos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, exceto para o fluxo de caixa de saída das provisões, o qual considera a expectativa de liberação das provisões, baseado em um cenário de run-off. O modelo de projeção leva em consideração premissas técnicas, tais como permanência e hipóteses econômicas, bem como o comportamento histórico de algumas provisões, permitindo a geração de expectativa futura de liberação. Em função da natureza das operações de previdência, os passivos constituídos possuem, majoritariamente, perfil de longo prazo. As carteiras dos fundos refletem a estratégia de investimento definida pela gestão, visando à obtenção de rentabilidade compatível com o nível de risco de cada fundo. As carteiras são estruturalmente resilientes, e a gestão de liquidez é realizada de forma a assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento das obrigações decorrentes de resgates de cotas. No que se refere à carteira própria, as alocações são definidas com base em estudos de *Asset and Liability Management* (ALM), com o objetivo de promover, entre outros aspectos, o adequado casamento de prazos (*duration*) e indexadores entre ativos e passivos, bem como a preservação do resultado financeiro.

4.4 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de alteração numa ou mais taxas de juros, preços de instrumentos financeiros, preços de mercadorias, taxas de câmbio, índices de preços ou índices de crédito, se caracterizando assim como o risco que a Companhia está exposta relacionados aos ativos que possui. Essas flutuações dos mercados financeiros, portanto, causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Companhia. O principal instrumento para gestão desse risco é nossa Política de Investimentos, que terá como base as orientações presentes nas resoluções aplicáveis e os objetivos estratégicos da Companhia. Há descrito na Declaração de Appetite ao Risco da Companhia qual é o nível máximo de volatilidade que os ativos livres podem estar expostos. O controle para os ativos garantidores é o monitoramento dos limites existente nas resoluções vigentes e o *compliance* desses ativos com a resolução. Cabe ao administrador, custodiante e gestor da carteira dos ativos:
• Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
• Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
• Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
• Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (complexo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*);
• Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia. Cabe à primeira linha de defesa do risco da Companhia:
• Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
• Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
• Informar aos Gestores os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
• Solicitar aos Gestores, em caso de desequilíbrio, o reequilíbrio dos fundos;
• Atualizar os limites de risco quando oportuno. A tabela apresenta o efeito da taxa de juros sobre o resultado líquido dos efeitos tributários.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Value-at-Risk	DV-1	Value-at-Risk	DV-1
Fundos	5.321	-	2.674	-
Curva de desvios de LFT	4.275	(2.805.759)	20.706	(2.877.668)
Curva de Juros Pré	107.876	(1.273.697)	84.807	(648.486)
Cupom de índice de preços	18.781	-	90.074	(35.913)
Cupom de Dólar	401	(14)	4.221	(9)
Equity	22.508	(57)	27.649	13
Moeda	243	(14)	-	-
Total	159.405	<		



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

*continuação

5.3 Hierarquia do valor justo e taxas contratadas
5.3.1 Abertura por hierarquia
Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos mensurado ao VJR	179.076.809	21.277.463	200.354.272	152.443.726	20.983.714	173.427.440
Fundos de Investimento Exclusivo	867.241	212.061	1.079.302	1.004.740	353.190	1.357.930
Ações	-	-	-	904	-	904
Debêntures	15.202	-	15.202	15.937	-	15.937
Fundos de Investimentos	194	-	194	194	-	194
Letras Financeiras do Tesouro	554.567	-	554.567	786.155	-	786.155
Letras do Tesouro Nacional	140.794	-	140.794	31.916	-	31.916
Notas do Tesouro Nacional	157.752	-	157.752	170.263	-	170.263
Créditos Bancários - CDB/CCB	-	2.498	2.498	-	5.177	5.177
Letras Financeiras	-	7.463	7.463	-	10.459	10.459
Operações Compromissadas	-	202.100	202.100	-	337.554	337.554
Outros valores	(1.268)	-	(1.268)	(629)	-	(629)
Fundos de Investimento vinculado PGBl e VGBL	177.163.545	21.064.390	198.227.935	151.021.623	20.630.524	171.652.147
Ações	971.905	-	971.905	1.035.331	-	1.035.331
Debêntures	4.017.859	-	4.017.859	2.587.285	-	2.587.285
Fundos de Investimentos	4.286.671	-	4.286.671	2.441.187	-	2.441.187
Letras Financeiras do Tesouro	115.023.974	-	115.023.974	99.448.009	-	99.448.009
Letras do Tesouro Nacional	44.482.067	-	44.482.067	29.023.151	-	29.023.151
Notas do Tesouro Nacional	8.588.620	-	8.588.620	16.536.709	-	16.536.709
Notas Promissórias	-	15.945	15.945	-	-	-
Créditos Bancários - CDB/CCB	-	1.321.285	1.321.285	-	552.980	552.980
Letras Financeiras	-	13.847.347	13.847.347	-	11.788.695	11.788.695
Operações Compromissadas	-	5.879.813	5.879.813	-	8.288.849	8.288.849
Outros valores	(207.551)	-	(207.551)	(50.049)	-	(50.049)
Carteira Própria	1.046.023	1.012	1.047.035	417.363	-	417.363
Fundos de Investimentos	1.046.051	-	1.046.051	417.363	-	417.363
Operações Compromissadas	-	1.012	1.012	-	-	-
Outros valores	(28)	-	(28)	-	-	-
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			95,57%			94,63%
Ativos mensurado ao VJORA	8.555.415	-	8.555.415	9.208.562	-	9.208.562
Carteira Própria	8.555.415	-	8.555.415	9.208.562	-	9.208.562
Letras Financeiras do Tesouro	1.115.523	-	1.115.523	1.746.556	-	1.746.556
Letras do Tesouro Nacional	4.065.251	-	4.065.251	4.012.969	-	4.012.969
Notas do Tesouro Nacional	3.374.641	-	3.374.641	3.449.037	-	3.449.037
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			4,08%			5,02%
Ativos mensurado ao custo amortizado	725.711	-	725.711	633.687	-	633.687
Fundos de Investimento Exclusivo	485.136	-	485.136	496.642	-	496.642
Letras do Tesouro Nacional	485.136	-	485.136	496.642	-	496.642
Fundos de Investimento vinculado PGBl e VGBL	198.557	-	198.557	97.091	-	97.091
Letras do Tesouro Nacional	198.557	-	198.557	97.091	-	97.091
Carteira Própria	42.018	-	42.018	39.954	-	39.954
Letras do Tesouro Nacional	42.018	-	42.018	39.954	-	39.954
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			0,35%			0,35%
Total	188.357.935	21.277.463	209.635.398	162.285.975	20.983.714	183.269.689

5.3.2 Taxas contratadas
A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	Classe	31/12/2025	31/12/2024
Letras do Tesouro Nacional	LFTN	Pré 10,19% a 16,23%	Pré 10,19% a 16,23%
Letra Financeira do Tesouro	LFT	SELIC 0,0% a 0,8%	SELIC 0,0% a 0,18%
Notas do Tesouro Nacional	NTN	IPCA 5,10% a 7,56%	IPCA 5,10% a 7,49%
		IGPM 5,94% a 6,14%	IGPM 5,94% a 6,14%
		Pré 10,49% a 16,18%	Pré 10,49% a 16,18%
Depósitos Bancários - CDB/CCB	CCB	CDI+ 0,22%	CDI+ 0,48%
Debêntures	DEB	CDI+ 0,92%	CDI+ 1,31%
Notas Promissórias	NP	CDI+ 1,66%	CDI+ 0,65%
Letras Financeiras	LF	CDI+ 0,42%	CDI+ 0,58%

Os demais papéis dos fundos exclusivos são Letras Financeiras do Tesouro Nacional e operações compromissadas, as quais seguem uma taxa flutuante de mercado que tem como base a taxa Selic que em 31 de dezembro de 2025 era de 15% e 31 de dezembro de 2024 era de 12,25% a.a.

5.4 Instrumentos financeiros derivativos
A exposição máxima em instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 era de:

	31/12/2025	31/12/2024	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos / Compra					
Valor de referência	34.286.252	29.162.447	8.628.338	18.338.401	7.319.513
Valor justo	34.286.252	29.162.447	8.628.338	18.338.401	7.319.513
Resultado acumulado	(9.151)	2.009.745	-	-	-
DI - Compromissos / Venda					
Valor de referência	9.538.213	655.018	-	9.538.213	-
Valor justo	9.538.213	655.018	-	9.538.213	-
Resultado acumulado	77.527	(28.021)	-	-	-

Cabe ressaltar que os valores demonstrados acima podem representar tanto exposições direcionais quanto hedge ou operações sintéticas. Em todo caso, tais exposições seguem as diretrizes dos regulamentos dos fundos de investimentos e precisam ser consideradas em conjunto com os demais ativos investidos pelos fundos.

5.5 Análise de sensibilidade
5.5.1 Carteira de derivativos
A carteira de investimentos da Companhia possui apenas contratos futuros de taxa de juros.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporcão de 25% e 50% de perda, respectivamente.

Descrição	31/12/2025			
	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos / Compra	Alta de Juros 6%	(27.856.721)	(29.966.172)	(33.860.541)
Total		(27.856.721)	(29.966.172)	(33.860.541)

Descrição	31/12/2024			
	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos / Compra	Alta de Juros 6%	(28.208.785)	(29.956.535)	(31.282.995)
Total		(28.208.785)	(29.956.535)	(31.282.995)

6. Créditos das operações com seguros e resseguros

6.1 Prêmios a receber
6.1.1 Composição de prêmios a receber

Ramo	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Vida	112.653	(687)	111.966	105.633	(460)	105.173
Prestamista	86.040	(7.481)	78.559	92.337	(4.960)	87.377
Acidentes Pessoais	14.641	(9.615)	5.026	13.531	(5.916)	7.615
Demais ramos	9.816	(1.020)	8.796	8.249	(224)	8.025
Total	223.150	(18.803)	204.347	219.750	(11.560)	208.190

6.1.2 Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	208.190	80.156
Prêmios emitidos (i)	4.211.446	2.472.813
Prêmios cancelados (i)	(54.877)	(8.143)
Recuperações	(4.172.707)	(2.472.425)
Prêmios de RVNE (i)	5.052	9.186
Incorporação XS2	-	126.301
Saldo	197.104	207.888
(+/-) Constituição/(reversão) de redução ao valor recuperável	7.243	302
Saldo final em 31 de dezembro	204.347	208.190

(i) Os valores estão sendo detalhados pelos principais ramos na nota 26.1 deve-se excluir previdência.

6.1.3 Faixas de vencimento

Prêmios a vencer	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
De 1 a 60 dias (i)	197.574	(3.992)	193.582	207.484	(2.425)	205.059
Prêmios Vencidos	13.846	(3.081)	10.765	4.708	(1.577)	3.131
De 1 a 60 dias	989	(989)	-	658	(658)	-
De 61 a 120 dias	1.364	(1.364)	-	1.087	(1.087)	-
De 121 a 180 dias	2.696	(2.696)	-	1.775	(1.775)	-
De 181 a 365 dias	6.681	(6.681)	-	4.038	(4.038)	-
Total	223.150	(18.803)	204.347	219.750	(11.560)	208.190

(i) Os Prêmios Riscos Vigentes e Não Emitidos - RVNE estão alocados na faixa "Prêmios a vencer - De 1 a 60 dias", o montante em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 178.633 (R\$ 173.580 em 31 de dezembro de 2024). RVNE informada nesta nota não contempla previdência.

A Companhia não parcela o recebimento do prêmio na comercialização dos seguros de vida, prestamista e produtos de previdência e, portanto, não possui valores relacionados a adicional de fracionamento em suas movimentações. Os prêmios são emitidos nas modalidades de pagamento único, anual ou mensal.

7. Títulos e créditos a receber.

7.1 Composição de títulos e créditos a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Portabilidades, Resgates a Regularizar e outros	115.115	127.670
Taxa de gestão de ativos	171.201	147.778
Créditos a receber - Partes Relacionadas (i)	8.603	10.879
Outros créditos a receber	3.486	3.208
Total	298.405	289.535

(i) Os saldos referem-se a transações com partes relacionadas e foram detalhadas na nota 23.

7.2 Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos
A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários e tributos diferidos podem ser resumidas como segue:

	31/12/2025					
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
A compensar	-	-	-	-	3.285	10.453
Adições temporárias	21.492	19.652	34.410	32.754	-	108.308
Tributos diferidos - TVM	1.685	34.808	2.809	58.013	-	97.315
Total	23.247	81.460	37.588	118.819	3.285	274.852
Ativo Circulante						64.119
Ativo Não Circulante						210.732

	31/12/2024					
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
A compensar	7	25.332	60	33.303	832	9.651
Adições temporárias	18.930	22.371	30.634	37.285	-	109.220
Tributos diferidos - TVM	3.236	85.729	5.393	142.882	-	237.240
Total	22.173	133.432	36.087	213.470	832	9.651
Ativo Circulante						59.093
Ativo Não Circulante						356.552

7.2.2 Expectativa da efetiva realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ano de Realização	Diferenças Temporárias IRPJ e CSLL diferidos - TVM						Valor Total					
	Valor		%		Valor		%		Valor		%	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2026	55.902	52%	4.494	5%	60.396	29%	-	-	69.229	-	-	-
2027	23.261	21%	10.530	11%	33.791	17%	-	-	-	-	-	-
2028	11.815	11%	2.722	2%	14.537	7%	-	-	-	-	-	-
2029	3.874	4%	13.148	13%	17.022							

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

* continuação

	PSL	PMBaC	PVR	PPNG	PMBC	IBNR	Outras provisões	Total
Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2024	7.516	162.750.353	397.431	5.496	134.918	2.431	42.626	163.340.771
(+) Constituição da provisão de benefícios a conceder	-	25.651.713	-	-	-	-	-	25.651.713
(-/-) Constituição/(reversão) de provisões de sinistros/benefícios e despesas com sinistros	11.583	(14.950)	18.148	-	(3.286)	-	(60)	11.435
(-/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	-	(425)	-	81	-	-	-	(344)
(-) Pagamentos efetuados	(12.797)	(20.461.573)	28.327	-	-	-	-	(20.446.043)
(-/-) Portabilidades	-	(1.383.570)	(178.219)	-	-	-	-	(1.561.969)
(+) Encargos financeiros	224	21.880.691	(4.521)	-	6.266	-	4.061	21.886.721
(-/-) Variação de outras provisões técnicas	-	-	-	-	-	-	(5.709)	(5.709)
(-/-) Outras movimentações	-	(28.006)	-	-	1.894	172	(1.894)	(27.834)
Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2025	6.526	188.422.059	233.160	5.577	139.792	2.603	39.024	188.848.741

Na PVR os pagamentos efetuados estão líquidos, sendo composto pela provisão de pagamentos, e pagamentos efetivos.

	PSL	PMBaC	PVR	PPNG	PMBC	IBNR	Outras provisões	Total
Saldo Inicial em 01 de Janeiro de 2024	6.824	145.342.803	212.293	5.647	125.754	-	37.680	145.731.001
(+) Constituição da provisão de benefícios a conceder	-	25.911.815	-	-	-	-	-	25.911.815
(-/-) Constituição/(reversão) de provisões de sinistros/benefícios e despesas com sinistros	14.063	-	17.251	-	(20.302)	-	5.966	16.978
(-/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	-	(716)	-	(152)	-	-	-	(868)
(-) Pagamentos efetuados	(13.678)	(18.853.728)	(15.569)	-	135	-	-	(18.882.840)
(-/-) Portabilidades	-	(2.564.572)	181.005	-	-	-	-	(2.383.567)
(+) Encargos financeiros	307	12.931.328	2.239	-	6.555	-	787	12.941.216
(-/-) Variação de outras provisões técnicas	-	(16.577)	212	-	22.775	-	(1.806)	4.604
(-/-) Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	2.432	2.432
Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2024	7.516	162.750.353	397.431	5.495	134.917	2.432	42.626	163.340.771

Na PVR os pagamentos efetuados estão líquidos, sendo composto pela provisão de pagamentos, e pagamentos efetivos.

	PSL	PMBaC	PVR	PPNG	PMBC	IBNR	Outras provisões	Total
Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2024	16.957	8.854.044	22.263	11.887	694.414	3.299	6.204	9.609.068
(+) Constituição da provisão de benefícios a conceder	-	450.936	-	-	-	-	-	450.936
(-/-) Constituição/(reversão) de provisões de sinistros/benefícios e despesas com sinistros	12.231	(121.826)	89.475	-	42.685	-	(63)	22.502
(-/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	-	-	-	(989)	-	-	-	(989)
(-) Pagamentos efetuados	(14.246)	(709.252)	(91.235)	-	-	-	-	(814.733)
(-/-) Portabilidades	-	111.024	(6.153)	-	-	-	-	104.871
(+) Encargos financeiros	1.411	1.134.246	195	-	45.733	-	10.607	1.192.192
(-/-) Variação de outras provisões técnicas	-	-	-	-	-	-	(306)	(306)
(-/-) Outras movimentações	-	-	14	126	-	4.779	49	(4.733)
Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2025	16.353	9.719.186	14.671	10.898	787.611	3.348	11.569	10.563.636

Na PVR os pagamentos efetuados estão líquidos, sendo composto pela provisão de pagamentos, e pagamentos efetivos.

	PSL	PMBaC	PVR	PPNG	PMBC	IBNR	Outras provisões	Total
Saldo Inicial em 01 de Janeiro de 2024	18.241	8.547.060	17.453	12.912	634.639	7.221	7.711	9.245.237
(+) Constituição da provisão de benefícios a conceder	-	460.199	-	-	-	-	-	460.199
(-/-) Constituição/(reversão) de provisões de sinistros/benefícios e despesas com sinistros	13.835	-	81.454	-	(74.255)	-	276	21.310
(-/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	-	-	-	(1.025)	-	-	-	(1.025)
(-) Pagamentos efetuados	(17.110)	(664.518)	(79.723)	-	240	-	-	(761.112)
(-/-) Portabilidades	-	(99.391)	1.894	-	-	-	-	(97.497)
(+) Encargos financeiros	1.991	678.126	188	-	55.418	-	1.784	735.507
(-/-) Variação de outras provisões técnicas	-	(65.433)	997	-	78.372	-	(3.565)	10.371
(-/-) Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	(3.922)	(3.922)
Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2024	16.957	8.854.044	22.263	11.887	694.414	3.299	6.206	9.609.069

	31/12/2025	31/12/2024
15. Garantia das provisões técnicas	207.320.386	181.312.661
Provisões técnicas (A)	(200.553.565)	(174.038.753)
(-) Direito creditórios	(13.559)	(30.786)
(-) Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	(2.100.837)	(2.286.208)
(-) Depósitos Judiciais	(17.199)	(14.980)
(-) Aplicações em FIEs	(198.412.153)	(171.698.914)
(-) Valores em trânsito redutores	(9.818)	(7.865)
Total a ser coberto (A+B) = (C)	6.766.821	7.273.908
Total dos ativos garantidores (D)	11.186.601	11.509.886
Títulos da dívida pública	8.597.434	9.248.516
Quotas de outros fundos financeiros	2.589.167	2.261.370
Suficiência de cobertura (D) - (C)	4.419.780	4.235.978

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo demonstrar a evolução da provisão de sinistros comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

a. Sinistros brutos e líquido de resseguro - incorridos - Sinistros administrativos e judiciais

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
acumulados até data-base	165.143	191.900	247.958	268.034	482.013	812.757	585.884	728.452	939.228	896.510	896.510
No ano da ocorrência	277.750	311.626	367.243	399.970	553.338	909.303	693.287	803.319	875.860	-	875.860
1 ano depois	288.932	328.308	409.357	409.790	585.604	944.360	707.691	741.327	-	-	741.327
2 anos depois	293.081	352.361	402.295	420.795	596.603	983.911	703.788	-	-	-	703.788
3 anos depois	309.767	348.459	407.725	424.421	599.353	991.849	-	-	-	-	991.849
4 anos depois	306.106	355.253	407.982	425.064	602.011	-	-	-	-	-	602.011
5 anos depois	310.208	355.673	409.140	427.658	-	-	-	-	-	-	427.658
6 anos depois	310.231	354.770	408.897	-	-	-	-	-	-	-	408.897
7 anos depois	308.795	354.389	-	-	-	-	-	-	-	-	354.389
8 anos depois	309.019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	309.019
9 anos depois	309.019	354.389	408.897	427.658	602.011	991.849	703.788	741.327	875.860	896.510	6.311.308

b. Sinistros brutos e líquido de resseguro - pagos - Sinistros administrativos e judiciais

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
acumulados até data-base	165.143	191.900	247.958	268.034	348.853	625.518	406.048	389.306	406.032	392.889	392.889
No ano da ocorrência	277.750	311.626	367.243	374.792	522.003	847.214	563.730	563.820	636.151	-	636.151
1 ano depois	288.932	328.308	379.348	394.452	562.768	888.458	621.875	633.820	-	-	633.820
2 anos depois	293.081	333.720	388.872	405.444	577.644	924.778	650.595	-	-	-	650.595
3 anos depois	295.148	336.572	392.804	409.653	581.197	942.692	-	-	-	-	942.692
4 anos depois	296.611	339.734	395.671	412.033	583.620	-	-	-	-	-	583.620
5 anos depois	297.800	342.928	397.511	413.613	-	-	-	-	-	-	413.613
6 anos depois	299.057	343.857	399.134	-	-	-	-	-	-	-	399.134
7 anos depois	300.316	344.492	-	-	-	-	-	-	-	-	344.492
8 anos depois	301.147	-	-	-	-	-	-	-	-	-	301.147
9 anos depois	301.147	344.492	399.134	413.613	583.620	942.692	650.595	633.820	636.151	392.889	5.298.153
Passivo reconhecido no balanço	7.872	9.897	9.763	14.046	18.391	49.156	53.193	107.507	239.709	503.621	1.013.155
Passivo em relação a anos anteriores a 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	93.415
Total do passivo incluso no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.106.570

Os débitos diversos em 31 de dezembro de 2025 são compostos principalmente por passivos de arrendamento no montante de R\$ 14.663 (R\$ 14.369 em 31 de dezembro de 2024).

17.1 Passivo de arrendamento
Em dezembro de 2023, a Companhia assinou novo contrato de arrendamento para sede em São Paulo, com carência de 24 meses nos pagamentos até novembro de 2025. Portanto os pagamentos observados na movimentação a seguir referem-se ao mês dezembro de 2025 do imóvel de São Paulo, e aos imóveis de Alphaville, Brasília.

17.1.1 Movimentação do passivo de arrendamento

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	19.487	(5.117)
Constituições/reavaliações de contratos	470	(132)
Passivos de arrendamento	(1.282)	(1.282)
Passivos Juros	(418)	(299)
Apropriação de juros transcorridos	-	1.656
Incorporação X52	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	18.257	(3.593)
Circulante	4.922	(294)
Não circulante	13.335	(3.299)

17.1.2 Fluxo dos pagamentos de passivo de arrendamento

	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos de arrendamento	4.922	-	12.187	1.148	18.257
Total	4.922	-	12.187	1.148	18.257

18. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Valores a Reclassificar - emolumentos	Prêmio e recebidos	Total	Valores a Reclassificar - emolumentos	Prêmio e recebidos	Total
De 1 a 30 dias	199.252	8.902	208.154	121.844	-	121.844
De 31 a 60 dias	1.090	282	1.372	1.162	402	1.564
De 61 a 120 dias	622	2.415	3.037	1.890	1.095	2.985
De 121 a 180 dias	311	536	847	11	3.750	3.761
De 181 a 365 dias	1.434	2.285	3.719	1.341	320	1.661
Acima de 365 dias	1.304	541	1.845	1.978	2.545	4.523
Total	204.013	14.961	218.974	128.226	8.112	136.338

19. Depósitos judiciais e fiscais e provisões judiciais

	31/12/2025		31/12/2024	
	Depósitos judiciais	Contingências passivas	Depósitos judiciais	Contingências passivas
Natureza cível	57.346	50.320	124.749	131.442
Natureza trabalhista	500	452	425	151
Natureza fiscal - Obrigações legais	137.623	129.733	86.155	81.144
Total	195.469	180.505	211.329	212.737

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso, para fins de determinação de risco e provisionamento.

Em 31 de dezembro de 2025, em todos os processos judiciais fiscais a companhia figurava como "autora" e em todos os



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

*continuação

24. Rendas com taxas de gestão e outras taxas				26.4 Outras receitas e despesas operacionais			
A rubrica "Rendas com taxas de gestão e outras taxas" é composta por: receitas com taxas de gestão dos fundos de investimentos exclusivos cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.874.109 (R\$ 1.717.547 em 31 de dezembro de 2024), e taxas de saída cobradas dos participantes que resgatam sua reserva antes do período de carência previsto em regulamento. A receitas com taxas de saída somam R\$ 63.194 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 70.538 em 31 de dezembro de 2024).				Serviços de <i>backoffice</i> - WIZ BPO Serviços de Teletendimento Ltda. (i)			
25. Abertura de prêmio por ramo, índice de sinistralidade e comissionamento				31/12/2025			
Demonstramos a seguir os principais ramos de atuação da Companhia, além do índice de sinistralidade e de comercialização:				31/12/2024			
Ramos	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento			31/12/2025	31/12/2024
Vida	1.959.072	21,86%	15,83%			(42.782)	(30.411)
Prestamista	1.933.965	19,70%	39,35%			(29.671)	(23.263)
Previdência	150.246	8,15%	6,56%			(36.885)	(44.532)
Acidentes Pessoais	176.740	13,23%	19,91%			(24.852)	(11.887)
Demais ramos	121.432	5,22%	16,06%			(23.561)	(6.839)
Total	4.341.455	19,61%	26,16%			(6.347)	(3.135)
				Despesas com títulos de capitalização - CNP Capitalização (i)			
				Despesas com análise de crédito			
				Redução ao valor recuperável de operações com seguradoras			
				Redução ao valor recuperável de prêmios a receber (nota 6.1.2)			
				Despesas com serviços de terceiros			
				Despesas comerciais administrativas			
				Despesas com provisões civis			
				Despesas com publicidade			
				Outras receitas e despesas			
				Total			
				(i) Os saldos de 2024 referem-se a transações com partes relacionadas e foram detalhadas na nota 23.			
26.5 Despesas Administrativas				31/12/2025			
				31/12/2024			
				Pessoal próprio			
				Serviços de terceiros			
				Localização			
				Publicidade e propaganda			
				Amortização - Direitos uso Balcão CAIXA			
				Outras despesas administrativas			
				Total			
				(664.178)			
				(330.591)			
26.6 Despesas com Tributos				31/12/2025			
				31/12/2024			
				IPTU e ISS			
				PIS / COFINS			
				Taxa de fiscalização SUSEP			
				Outras despesas com tributos			
				Total			
				(345.523)			
				(240.961)			
26.7 Resultado Financeiro				31/12/2025			
				31/12/2024			
				Resultado com fundos de investimentos			
				Resultado com títulos de renda fixa			
				Encargos financeiros das provisões técnicas			
				Encargos financeiros da comissão de <i>performance</i>			
				Juros de passivos de arrendamento			
				Despesas com títulos de capitalização - CNP Capitalização			
				Encargos financeiros das provisões judiciais			
				Imposto Sobre Operações Financeiras			
				Outras receitas e despesas financeiras			
				Total			
				1.336.896			
				662.771			
26.8 Imposto de renda e contribuição social				31/12/2025			
				31/12/2024			
				Contribuição Social			
				Imposto de Renda			
				Contribuição Social			
				Imposto de Renda			
				Base de cálculo			
				Taxa nominal do tributo			
				Tributos calculado a taxa nominal			
				Ajustes do lucro real			
				Benefícios incentivados			
				Ajustes temporários diferidos			
				Ajuste de exercício anterior			
				Total dos ajustes a base de cálculo			
				Tributos sobre os ajustes			
				Incentivos fiscais			
				Despesa contabilizada			
				Taxa efetiva			
				27. Participação nos resultados			
				A participação nos lucros, devida aos empregados, está definida no Estatuto da Companhia e limitada a 5% do lucro apurado no exercício depois de deduzidos os ajustes nos lucros acumulados e apuração do imposto de renda e a contribuição social. A despesa contabilizada em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 34.289 (R\$ 19.821 em 31 de dezembro de 2024), ficou dentro do limite estabelecido no Estatuto e foi calculado conforme regras firmadas através de acordo feito com o sindicato da categoria. Os ajustes destas provisões são feitos, quando necessários, no mês subsequente em função das decisões da Assembleia Geral Ordinária.			
				28. Comitê de auditoria			
				O Comitê de Auditoria está constituído na Controladora, com base no artigo 128 da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações subsequentes, tendo alcance sobre a Companhia.			
				29. Outros assuntos			
				29.1 Honorários de Auditoria			
				A divulgação dos honorários de auditoria é publicada anualmente no balanço consolidado do controlador final - CNP Assurance, na França.			

Comitê Executivo

Jean Christophe Yves Hamery Diretor Presidente	Rafael Domingues Conessa Diretor Financeiro e Comercial	Gabriela Nogueira Feres Diretora Técnica e de Produtos	Rodrigo Passadore Constantino Diretor de Operações e TI
--	---	--	---

Diretoria de Controles Internos

Contador

Atuária

Daniela Bertola Luiz	Francisco Sousa Lima - Contador CRC 1SP220155-O-0	Thais Barbiani Arnéz - Atuária - MIBA nº 2305
-----------------------------	--	--

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas Caixa Vida e Previdência S.A.		Opinião	
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Vida e Previdência S.A. (Sociedade), em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).		Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Caixa Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).	
Responsabilidade da administração		Outros assuntos	
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.		No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.	
Responsabilidade dos atuários independentes		São Paulo, 13 de fevereiro de 2026	
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.		PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5, Edifício Adalmo Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo - SP CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105 Vinicius Oliveira Cecaroli MIBA 2699	
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.			
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.			

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Caixa Vida e Previdência S.A. São Paulo - SP		Opinião	
Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Vida e Previdência S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.		Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.	
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.		Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras	
Base para opinião		A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.		Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	
Principais assuntos de auditoria		Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.	
Nossas auditorias de auditoria são aquelas que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.		Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras	
		Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.	
		Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.	
		Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:	
		Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.	
		A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.	
		Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.	
		A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.	
		Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.	
		Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.	
		Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião. Se as divulgações forem inadequadas, nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.	
		Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.	
		Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.	
		Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.	
		São Paulo, 13 de fevereiro de 2026	
		KPMG	
		KPMG Auditores Independentes Ltda.	
		CRC 2SP-014428/O-6	
		Carolina Maciel Messias dos Santos	
		Contadora - CRC SP-246031/O-8	
		continua →	

→ continuação **Relatório do Comitê de Auditoria da Holding XS1 S.A. e de sua Controlada Caixa Vida e Previdência S.A. - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

1 - Introdução
O Comitê de Auditoria ("COAUD", "Comitê de Auditoria" ou "Comitê") da Holding XS1 S.A. ("XS1") e de sua controlada Caixa Vida e Previdência S.A. (denominada, em conjunto com a XS1, "Companhia"), é composto atualmente por 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo órgão estatutário de caráter permanente que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, atua nos limites de suas competências dispostas no Estatuto Social da Companhia e no seu Regimento Interno, que estão em conformidade com a legislação vigente, seguindo as regras da Resolução CNSP nº 432/2021 e das demais normas aplicáveis.

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, o COAUD é órgão de assessoramento do Conselho de Administração e não possui funções deliberativas, decisórias ou executivas. A principal finalidade do Comitê é assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas funções, sobretudo com relação ao monitoramento da qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, à efetividade dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, bem como à atuação das Auditorias Interna e Independente. Os trabalhos de supervisão e monitoramento desempenhados pelo COAUD têm como base os insumos recebidos da Administração e das diversas áreas da Companhia - especialmente as responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras, pelo gerenciamento de riscos, controles internos, Ouvidoria, *Compliance* e integridade, os resultados dos trabalhos dos auditores internos e independentes, além da análise do próprio Comitê sobre documentos e informações da Companhia aos quais tenha acesso no desempenho de suas atividades.

De acordo com a Resolução CNSP nº 432/2021 (art. 131, inciso III), este Relatório contempla, também, a revisão das Demonstrações Financeiras com data-base de 31 de dezembro de 2025 da empresa regulada Caixa Vida e Previdência S.A. ("CVP").

2 - Reuniões e Destaques

As atividades desenvolvidas pelo Comitê estão previstas no seu Regimento Interno, e consubstanciadas nas pautas de suas reuniões ao longo do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Nesse sentido, o Comitê se reuniu nas seguintes datas: 30/01/2025, 07/02/2025, 12/02/2025, 06/03/2025, 16/04/2025, 08/05/2025, 29/05/2025, 31/07/2025, 22/08/2025, 05/09/2025, 16/10/2025, 07/11/2025, 03/12/2025, 23/12/2025, 29/01/2026 e 12/02/2026. O detalhamento dos assuntos abordados pelo Comitê consta das respectivas atas das reuniões, devidamente assinadas pelos seus membros, arquivadas junto à Companhia, enviadas ao Conselho de Administração da Companhia e ora anexadas ao presente Relatório.

Entre as matérias analisadas pelo Comitê durante o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025, vale destacar:

2.1 - Auditoria Independente - Demonstrações Financeiras - XS1 e CVP

A empresa KPMG Auditores Independentes ("KPMG") é responsável pelos trabalhos de auditoria externa sobre as Demonstrações Financeiras, devendo opinar se estas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Comitê de Auditoria reuniu-se em 03/12/2025 e 12/02/2026 com representantes da KPMG para acompanhar o andamento dos trabalhos referentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Comitê indagou os auditores independentes e estes confirmaram que, no exercício de suas funções, tiveram acesso a todos os documentos e informações requisitados e, na condução dos trabalhos, não houve qualquer tipo de cerceamento que pudesse afetar as suas avaliações.

Os relatórios dos auditores independentes emitidos em 13/02/2026, para a data-base de 31 de dezembro de 2025, não apresentou ressalvas e atesta que as Demonstrações Financeiras da Companhia apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas.

O Comitê de Auditoria avalia como efetivos os trabalhos da KPMG acerca da integridade das Demonstrações Financeiras da Companhia do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025, uma vez que não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

2.2 - Auditoria Independente - Atuarial - CVP

A PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. ("PwC") é responsável pelos trabalhos de auditoria atuarial independente das provisões técnicas e dos ativos de resseguros registrados nas Demonstrações Financeiras da CVP.

O Comitê de Auditoria reuniu-se em 12/02/2026 com representantes da PwC para apresentação do resultado dos seus trabalhos. A PwC confirmou que, no exercício de suas funções, tiveram acesso a todos os documentos e informações requisitados e, na condução dos trabalhos, não houve qualquer tipo de cerceamento que pudesse afetar as suas avaliações.

O relatório da PwC emitido em 13/02/2026 não apresentou ressalvas e atesta que as provisões técnicas e os ativos de resseguros registrados nas referidas Demonstrações Financeiras foram apurados em todos os aspectos relevantes de acordo com os princípios atuariais do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da SUSEP.

2.3 - Avaliação da Qualidade das Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Companhia, bem como os Relatórios da Administração e os Relatórios dos Auditores Independentes, previamente à sua aprovação e posterior divulgação.

Para tanto, reuniu-se em 03/12/2025 e 12/02/2026 com os responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e com os auditores independentes, para discussão de temas contábeis relevantes, das principais práticas contábeis adotadas, das estimativas efetuadas, bem como das apresentações das situações patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixa e valores adicionados e das notas explicativas.

Não foram identificadas divergências entre a Administração, a KPMG e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.4 - Auditoria Interna

Os trabalhos regulares abrangem testes de auditoria sobre a governança, a qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e o cumprimento de políticas e normativas, inclusive aqueles que impactam a elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia. O COAUD efetuou avaliação da objetividade, independência, eficácia e eficiência da Auditoria Interna e discutiu os resultados com o gestor máximo da área responsável pelos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Companhia.

O Comitê de Auditoria manteve agenda periódica com a Auditoria Interna durante o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com o objetivo de acompanhar o andamento e a execução do seu Plano Anual de Trabalho, além de avaliar a sua efetividade. O Comitê de Auditoria efetuou formalmente a Avaliação da Qualidade da Auditoria Interna para todos os Trimestres de 2025, tendo reconhecido o bom trabalho desenvolvido pela Auditoria Interna e apontado as oportunidades de melhoria em sua atuação.

2.5 - Gestão de Riscos e Conformidade, Canal de Denúncias e Órgãos Reguladores, de Controle e de Fiscalização

2.5.1 - Prestação de Serviços de Terceiros

Ao longo de 2025 foram discutidos com as áreas responsáveis os principais aspectos de contratos de prestação de serviços com terceiros mais relevantes, tendo o Comitê efetuado as recomendações que entendeu pertinentes.

2.5.2 - Controles dos Processos de Compras e Facilities

Tendo em vista o resultado do trabalho da Auditoria Interna nos processos de Compras e Facilities, apresentado ao Comitê em 16/10/2025, o Comitê (a) realizou reunião com o responsável pela área, que apresentou as ações implementadas com vistas ao fortalecimento dos controles; e (b) recomendou a realização de uma nova auditoria na área em 2027.

2.5.3 - Controles dos Processos de Governança de Dados

A revisão dos processos de Governança de Dados, realizada pela Auditoria Interna, apresentou oportunidades de aprimoramento nos controles. Diante disso, o Comitê (a) realizou reunião com o responsável pela área, que apresentou as ações já implementadas e a implementar; e (b) recomendou a realização de uma nova auditoria na área em 2027.

2.5.4 - Canal de Denúncias

O Comitê foi informado sobre os principais indicadores do nível de utilização do Canal de Denúncias, com destaque para a dinâmica de tratamento das manifestações recebidas. De acordo com a área responsável, o Canal é operado por empresa terceirizada, assegurando anonimato, independência e confidencialidade ao denunciante. O Comitê julgou satisfatória a forma de gestão do Canal de Denúncias e recomendou que seja definida uma governança específica para apuração das denúncias relativas a executivos estatutários.

2.5.5 - Órgãos Reguladores, de Controle e de Fiscalização

2.5.5.1 - Processos de Reparação de Apontamento (PRA)
O COAUD monitora as solicitações e apontamentos dos órgãos reguladores, de fiscalização e de controle, acompanhando as providências adotadas pela Companhia para atendimento.

Em reuniões realizadas em 07/11/2025 e 23/12/2025, foram reportados os seguintes Processos de Reparação de Apontamento (PRA), respectivamente:

(a) Ofício SUSEP - Processo nº 15414.617367/2025-39 - Solicitação de esclarecimentos sobre o aumento do volume de atendimentos da área de Ouvidoria relacionados a produtos previdenciários de risco e VGBL. A CVP promoveu a reparação integral do apontamento e submeteu seu processo à avaliação da Auditoria Interna, que validou a causa raiz do problema e os respectivos planos de remediação; e

(b) Ofício Eletrônico nº 110/2025/COMAP/CGMOP/DISUP/SUSEP - Solicitação de reparação de informações incompletas e inconsistentes acerca da composição dos Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos Previdenciários (FIES Previdenciários), especificamente os Quadros 46, 47 e 48 do FIP/SUSEP. A CVP apresentou um plano de ação, que foi aprovado pela SUSEP, contemplando (i) primeiramente, dentro do prazo de 30 dias, considerando uma solução paliativa, desenvolvida para adequar as informações ao modelo exigido pela autarquia; e (ii) considerando a extensão de prazo para até 120 dias, realizará a reparação integral do apontamento, a partir do desenvolvimento da solução definitiva junto à equipe de dados da CVP.

Em ambos os casos de PRA, o Comitê concordou com as providências e ações tomadas pela CVP para endereçar os apontamentos.

2.5.5.2 - Adequação ao Novo Marco Legal para Contratos de Seguro no Brasil

Em reunião realizada em 03/12/2025, foi reportado ao Comitê o andamento das ações para conformidade com a Lei nº 15.040/2024, considerada o Novo Marco Legal para Contratos de Seguro no Brasil, com vigência a partir de 08/12/2025. De acordo com a CVP, a avaliação geral indica moderado risco regulatório, considerando que as práticas da empresa já são majoritariamente aderentes às novas exigências. O Comitê foi informado de que não há pontos críticos que possam comprometer a conformidade com a nova lei.

2.5.5.3 - Produto Dívida Zero: Processo SUSEP nº 15414.650238/2024-71

Em reunião realizada em 30/01/2025, foi reportado ao Comitê a instauração do Processo SUSEP nº 15414.650238/2024-71, em 12/11/2024, para o Produto Dívida Zero, vinculado ao Seguro Prestamista, bem como os desdobramentos do assunto até então. O Comitê foi informado que a oferta do referido Produto foi, num primeiro momento, suspensa pela SUSEP, suspensão revertida posteriormente, em razão do cumprimento, pela CVP, dos apontamentos do órgão regulador. Em 29/05/2025 o Comitê foi informado que esse Processo havia sido encerrado pela SUSEP em fevereiro/2025, e que o produto voltou a ser comercializado desde então.

2.5.5.4 - Produto Vida Azul

O Produto Vida Azul foi comercializado em sua primeira geração entre os anos de 1991 e 2006 para pessoas de 14 a 65 anos, e não previa reenquadramento do prêmio por mudança de idade, causando desequilíbrio atuarial. Em reunião de 31/07/2025, o Comitê tomou ciência das ações implementadas para solucionar o problema identificado, dos números referentes às comunicações realizadas aos clientes, bem como o volume de renovações e não renovações do produto, e dos respectivos questionamentos.

2.6 - Ouvidoria

A área de Ouvidoria é responsável pelo tratamento das ocorrências registradas nos canais de atendimento da Ouvidoria, bem como das demandas enviadas pelos PROCONs, e o COAUD acompanha os reportes da área sobre a matéria.

A área reuniu-se com o COAUD em 06/03/2025 e em 05/09/2025, quando tratou dos Relatórios de Ouvidoria do 2º Semestre de 2024 e do 1º Semestre de 2025.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações dos Relatórios de Ouvidoria do 2º Semestre de 2024 e do 1º Semestre de 2025, não identificou problemas relevantes no cumprimento dos dispositivos legais e regulatórios que pudessem colocar em risco a Companhia.

2.7 - Monitoramento das Transações com Partes Relacionadas

O Comitê de Auditoria, em conjunto com a Administração da Companhia e com a Auditoria Independente, acompanha as transações com partes relacionadas realizadas e suas respectivas evidências.

Em reuniões realizadas em 03/12/2025 e 12/02/2026, o Comitê de Auditoria tomou conhecimento, através da Auditoria Independente, que não houve nenhum assunto significativo que tenha surgido durante a auditoria relativo às partes relacionadas da Companhia, durante o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3 - Conclusão

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas e devidamente ponderadas suas responsabilidades e o escopo de sua atuação, concluiu que as Demonstrações Financeiras da Holding XS1 S.A. e da Caixa Vida e Previdência S.A., relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos Relatórios da Administração e dos Relatórios dos Auditores Independentes, foram analisadas e validadas pelo Comitê, razão pela qual o Comitê de Auditoria recomenda sua aprovação.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2026.

Edson Renato Libório Monje

Presidente

Márcio Bonfiglioli

Membro

Manuel Luiz da Silva Araújo

Membro

Elíbio Estrêla

Membro

Antonio Joaquim Gonzalez Rio-Mayor

Membro

PREV IOF BACK

Com o **PREV IOF Back da CAIXA**, o valor equivalente ao IOF recolhido retorna direto para o seu investimento.

É previdência com rentabilidade, vantagem fiscal e incentivo para preservar seu patrimônio.

Fale com um gerente CAIXA ou escaneie o QR Code para saber mais.

CAIXA Vida e Previdência **CAIXA** Seguridade

